

Proponente: Cleia Zanatta Clavery Guarnido Duarte

Área da Psicologia: Psicologia Social

## **CRENÇAS, LIVRE ARBÍTRIO E SENTIDO DE VIDA**

Justificativa: No simpósio ora proposto serão apresentados resultados de estudos teóricos de três pesquisadores sobre a possibilidade de se admitir sistemas de crenças relativos a autonomia como determinante para as ações: na primeira dessas comunicações discutir-se-á uma análise fenomenológica do conceito de sentido de vida como um sistema de crenças, sustentado por valores; o tema da segunda comunicação fará uma apresentação sobre a crença em explicações comportamentais com base no livre-arbítrio; e, a última comunicação tratará de um estudo comparativo sobre o sentido de vida, no qual se identifica convergências partir de sistemas de crenças baseado na autonomia do ser humano para realizar escolhas. Na proposição deste simpósio, foram considerados dois objetivos: avaliar o alcance teórico e a utilidade prática dos estudos realizados; e, incentivar a reflexão sobre temas por eles considerados cientificamente relevantes.

Coordenador: Cleia Zanatta Clavery Guarnido Duarte

**SENTIDO DE VIDA EM LOGOTERAPIA, FILOSOFIA E TEOLOGIA.** *Cleia Zanatta Clavery Guarnido Duarte* (Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, RJ)

A Era Contemporânea tem revelado um desencontro do Homem com o seu tempo, dando a parecer que de alguma forma ele está mais lento do que o próprio mundo que criou. Trata-se de uma época de imprevisibilidade, de crise de valores morais, de vazio existencial e de sede de sentido, tema este que diz respeito aos anseios mais íntimos do ser humano que é a razão de seu viver. Pretende-se, neste estudo, realizar uma investigação comparativa do conceito de sentido de vida na Logoterapia, Filosofia e Teologia, áreas temáticas que se interessam por refletir acerca desta questão que aborda o Homem numa das suas dimensões mais humanas que é a vida moral e ética. O conceito de sentido de vida, proposto na Logoterapia, pressupõe um dinamismo constante, uma ação consciente, direcionada aos objetivos de busca de realização de ideais superiores que determinam as razões para a nossa existência, decorrente da situação da pessoa no seu contexto ambiental, em função das experiências que vivencia, considerando como instrumentos mediadores desta construção os valores, a cultura, a relação intersubjetiva, as crenças e a educação, dentre outros. Filósofos da Antiguidade, também atribuíam ao sentido de vida a idéia de prática do bem e das virtudes que levaria o Homem à felicidade, e de modo similar os filósofos modernos, tendem a se referir ao sentido de vida como busca da felicidade, prática do bem e cultivo da atitude moral e de respeito pela dignidade humana. Filósofos contemporâneos pessimistas, que predominam nos tempos atuais, reduzem o Homem à idéia de coisa, de vazio, do nada, pois pressupõem a vida como um tempo de espera e de atitude de conformação diante da morte. Assim, o sentido de vida decorreria de um dinamismo intenso, voltado para a realização de projetos que teriam por objetivos distrair o Homem da consciência de sua

morte, e do vazio existencial. Os otimistas, admitem que o sentido de vida decorre da escolha do Homem pela dignidade de ser feliz e da consciência de que depende de algo, além de si, para sua auto-superação. No âmbito da Teologia, investigaram-se, predominantemente, estudiosos cristãos católicos e protestantes que atribuem ao sentido de vida a idéia de caminho para Deus, para a transcendência ao plano espiritual, que permite ao Homem a esperança para viver, já para o Budismo, o sentido de vida objetiva o autoconhecimento, a transcendência, a busca de significado em tudo, e o apreço às atitudes positivas e de solidariedade. Parece haver uma convergência de entendimento entre os princípios da Logoterapia, de filósofos considerados otimistas frente à vida e de teólogos, em admitir que o sentido de vida esteja diretamente relacionado à idéia de aprimoramento do Homem enquanto ser humano, de sua possibilidade de transcender e auto-transcender, tanto no sentido humano desta possibilidade, quanto no sentido da busca pelo sagrado, pelo divino, e que estes princípios ou preceitos estão nos sistemas de crenças de pessoas, influenciadas por dimensões filosóficas e teológicas, dentro do contexto sócio, histórico e cultural do Homem.

Apoio Financeiro: Bolsas PIBIC CNPq e FCRM/UCP

Palavras-chave: sentido de vida em Logoterapia; Filosofia e Teologia.

P

SOCIAL

1º Apresentador: Helmuth Krüger

**CRENÇAS E SENTIDO DE VIDA.** Helmuth Krüger (Universidade Católica de Petrópolis, RJ).

A bibliografia religiosa, literária e filosófica do passado comprova a antiguidade e a importância concedida ao tema do sentido de vida, considerado tanto na perspectiva de um estado psicológico desejável quanto sob o ponto de vista das consequências psicológicas e sociais que a sua ausência produz. Entretanto, esse tema só veio a ganhar maior expressão na Psicologia do século passado, notadamente na Psicologia Profunda, na Psicologia Individual, na Psicologia Existencial – Humanista e, sobretudo, numa visão clínica, na Logoterapia. Cabe acrescentar que, não obstante todo esse interesse tem faltado clareza na definição do conceito sentido de vida. Este é então, precisamente, o objeto desta comunicação, que contém o resultado de uma análise fenomenológica desse conceito. A condição preliminar a ser atendida na busca de sentido é a tomada de consciência de si, concluindo-se, portanto, que esse empenho visando à formulação desse sentido só se torna possível sob determinadas condições de saúde e maturidade psicológica. De outro lado, o fato de nos colocarmos pessoalmente diante da questão do sentido de vida revela a incompletude de nossa condição humana. A consciência dessa lacuna nos mobiliza, desencadeando motivações, com as quais, orientados por crenças, visamos ao preenchimento dessa carência que identificamos na imagem que formamos de nós mesmos. Dessa maneira, o sentido de vida inclui uma dimensão de tempo, uma vez que se trata de um projeto pessoal a ser realizado em algum momento futuro. Nessa visão, a busca de sentido, objetivamente manifestada através de condutas impulsionadas por motivos, da-se no eixo temporal, sendo essas condutas contínuas e até mesmo recorrentes enquanto não nos damos por satisfeitos nessa busca. Há duas conclusões implicadas pelas observações anteriores: o sentido de vida não é obtido apenas mediante experiências sociais é antes o resultado de um esforço pessoal dirigido para tal fim; e,

em segundo lugar, o sentido de vida consiste num sistema de crenças, sustentado por valores. Significativas experiências pessoais poderão determinar mudanças em tal sistema de crenças ou até mesmo promover sua substituição por outro, mais consentâneo com as alterações introduzidas na escala de valores, tal como acontece nos casos de conversão religiosa e política. A situação subjetiva oposta à busca do sentido de vida é da sua ausência por recusa pessoal ou como resultado da percepção de uma convergência negativa de fatores culturais e sociais marcados pelo niilismo.

Palavras – chave: crença, sentido de vida, Psicologia Existencial – Humanista

P

SOCIAL

2º Apresentador: Gustavo Arja Castañon

**A CRENÇA NO LIVRE-ARBÍTRIO E SEU CONFLITO COM A EXPLICAÇÃO CIENTÍFICA DO COMPORTAMENTO.** Gustavo Arja Castañon (Universidade Federal de Juiz de Fora)

A crença no livre-arbítrio, na vontade livre e fonte de causalidade, é central a quase todas as maiores confissões religiosas do mundo. Mais do que isso, é uma crença sem a qual considerações de natureza ética acerca dos comportamentos humanos nem sequer é possível, estrito senso. No entanto, explicações comportamentais com base no livre-arbítrio ou vontade continuam totalmente excluídas das considerações científicas sobre os comportamentos humanos. Cientistas costumam atribuir essa exclusão a um problema ontológico. Se concebermos a consciência como entidade real, fonte de causalidade eficiente e criadora de novas representações da realidade, o pressuposto científico da regularidade do objeto estaria descumprido, e o comportamento humano não seria passível de descrição através de leis. Mas essa conclusão é falsa. O problema da exclusão da vontade das leis e explicações psicológicas não é ontológico, mas epistemológico. É derivado da aceitação irrefletida do pressuposto de que (T1) os modelos hipotético-dedutivos de lei e dedutivo-nomológico de explicação são os únicos aceitáveis à ciência. Por sua vez, esse pressuposto epistemológico é consequência da tese ontológica que (T2) todo objeto do universo está regido em todos os seus aspectos por leis (Hard Determinism: HD). A explicação dedutivo-nomológica determina de maneira necessária e suficiente que, tendo em vista as leis A, B e C e os fatos *a*, *b* e *c*, a sentença *explanandum d* decorre necessariamente dos enunciados explanatórios (*explanans*). Embora esse formato pareça funcionar bem na Física e Química, na Psicologia, a multiplicidade de níveis explicativos e respectivos conjuntos de leis (cognitivas, neuronais e de desenvolvimento) torna este tipo de explicação uma quimera, como argumentou Davidson. Não é possível haver leis hipotético-dedutivas psicológicas ou psicofísicas estritas, pois não há meios de precisar as condições para que uma proposição universal se cumpra sem exceções. Apesar disso, essa meta ideal permanece na disciplina, e tem o efeito político de excluir da candidatura à explicação científica de um comportamento em particular toda explicação comprometida com o *soft determinism* (SD: alguns aspectos do universo obedecem a leis causais). Entre estas, as que usam o conceito de consciência e livre-arbítrio. A armadilha contida em toda essa questão é que o HD (T2), de fato, não é um pressuposto necessário à atividade científica. O pressuposto metafísico necessário para o estabelecimento de previsões testáveis sobre o objeto é que *ele apresente aspectos regulares* (SD), *não*

*necessariamente que apresente regularidades em todos os aspectos (HD). Assim, embora seja legítimo um pesquisador ter tal compromisso metafísico (HD), é ilegítima a imposição a todos os pesquisadores do compromisso epistemológico derivado (leis hipotético-dedutivas e explicações nomológico-dedutivas), porque ambos não são modelos necessários à falsificabilidade das leis psicológicas, implicando portanto numa *petição de princípio* que entre outras coisas *exclui explicações não HD da Psicologia*.*

Palavras-chave: Livre-arbítrio, Filosofia da Psicologia, Explicação psicológica.

P

SOCIAL